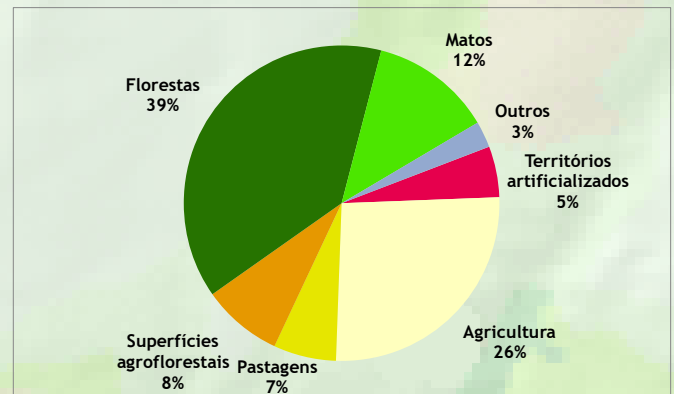
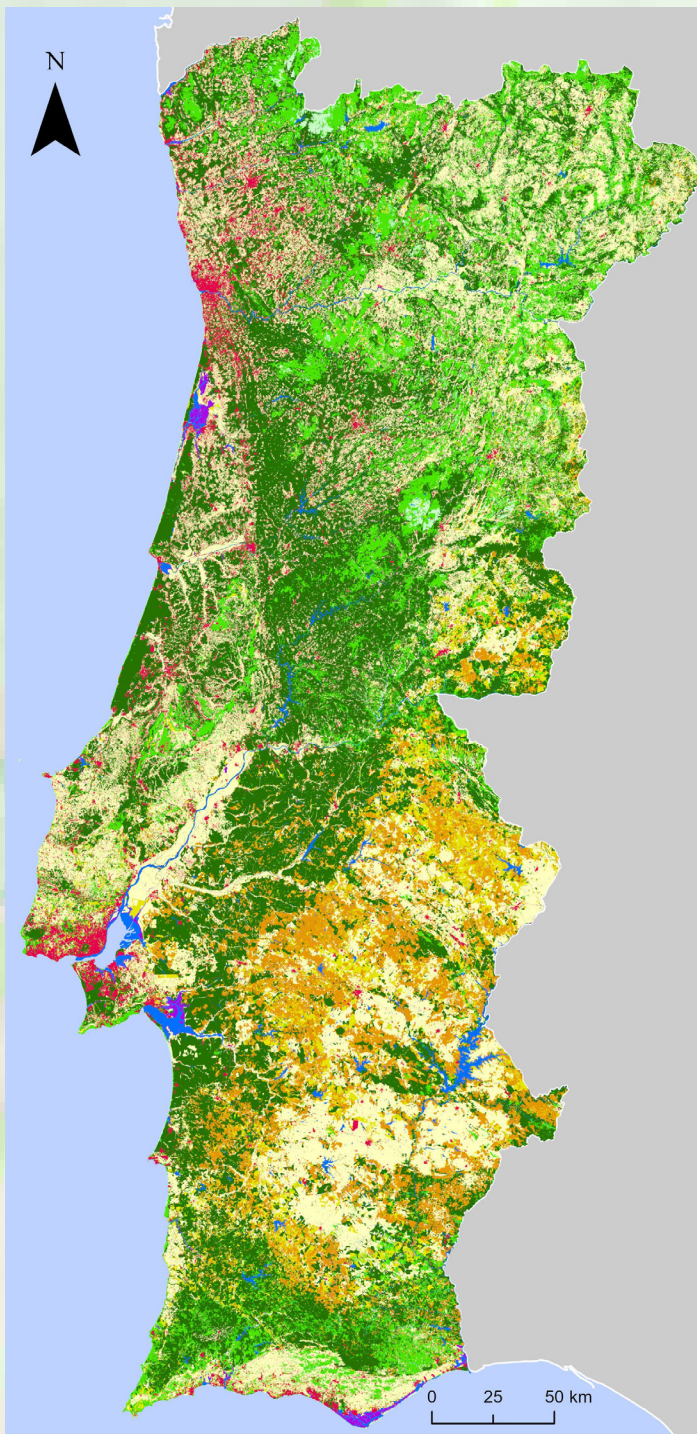




O território em 2018



O mapeamento das classes de uso e ocupação do solo permite uma leitura geral do aproveitamento dos recursos territoriais e perceber macro paisagens que refletem a diversidade do território continental.

A extensão e continuidade das áreas ocupadas por agricultura, pastagens e agrofloresta marcam de forma imediata as paisagens do Alentejo e da Beira Baixa, tal como as ocupadas por floresta e matos marcam as paisagens da faixa central das regiões Centro e Norte, dos territórios da margem esquerda do Tejo e da Serra Algarvia e assim como os territórios artificializados marcam a presença das áreas metropolitanas, das cidades médias e das áreas de povoamento fragmentado e disperso. É também imediata a percepção das paisagens florestais da faixa atlântica do Centro e Alentejo, das paisagens agrícolas do Oeste, da Lezíria do Tejo e do Barrocal e Litoral algarvios das paisagens de matos, agricultura e pastagens da faixa raiana do Centro e Norte e das paisagens mescladas, resultantes de uma profusão de usos e ocupações, bem patentes no Minho e Douro Litoral e noutros territórios de transição urbano-rural.

No quadro desta leitura macro, a análise dos dados desagregados, relativos às sub-classes de uso e ocupação do solo permite inferir realidades específicas, influenciadas pelas condições biofísicas, pelos recursos naturais, humanos e materiais, pela estrutura da propriedade e pelo retorno económico do aproveitamento do solo.

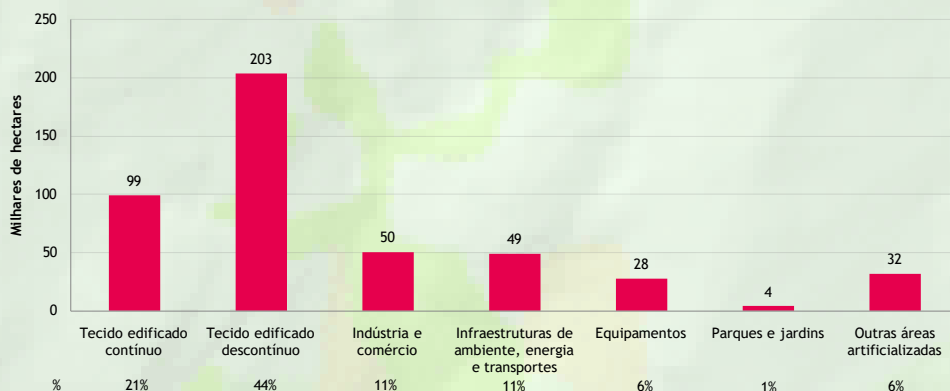
Carta de Uso e Ocupação do solo - COS 2018

Os grandes números do uso e ocupação do solo em Portugal continental, em 2018, evidenciam que:

- 92% do território apresenta uma ocupação de natureza agrícola, florestal e agroflorestal;
- 51% do território está afeto a floresta e matos e 26% a agricultura;
- 5% do território está artificializado.



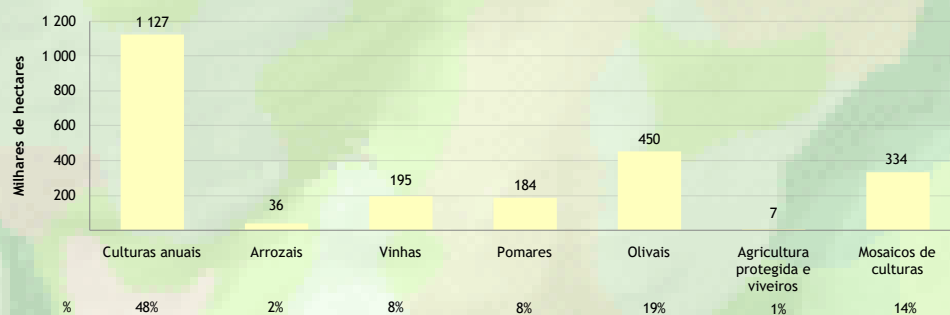
Prevalência da descontinuidade no tecido edificado



As áreas artificializadas incluem as edificações predominantemente residenciais, em tecido contínuo e em tecido descontinuo, as áreas de localização empresarial, as áreas com infraestruturas, equipamentos e espaço público e outras ocupações artificializadas.

Quase 50% do território artificializado corresponde a tecido edificado descontinuo, com baixa intensidade de impermeabilização, sobretudo associado a povoamento disperso, antecipando especificidades territoriais relevantes no planeamento de infraestruturas ambientais, nas opções de mobilidade e no acesso a serviços de interesse geral.

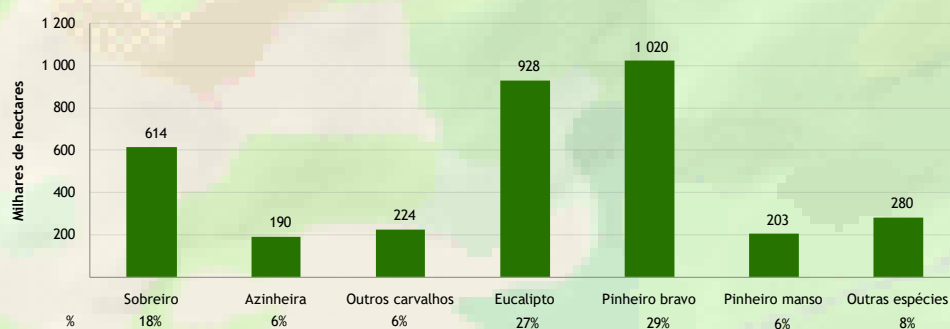
Dominância de culturas anuais



As áreas de agricultura integram dois grandes grupos de culturas: as culturas anuais ou temporárias e as que permanecem por períodos alargados de tempo, com carácter mais permanente. Incluem-se neste grupo a vinha, os pomares e o olival, onde este último prevalece sobre os demais. A sua distribuição reflete as condições específicas do território e o aproveitamento das oportunidades associadas à sua infraestruturização.

As culturas anuais (trigo, milho, tomate, batata, etc), em regime de sequeiro ou regadio, constituem a maior sub-classe da COS e atingem quase 50% de toda a agricultura do continente. A sua representatividade, bem como dos mosaicos de cultura, territorialmente integrados ou próximos das grandes áreas metropolitanas, podem ser indicadores de oportunidades associadas ao incremento e promoção de consumos de proximidade, nomeadamente quando associados à produção de hortícolas.

Dominância de povoamentos monoespecíficos



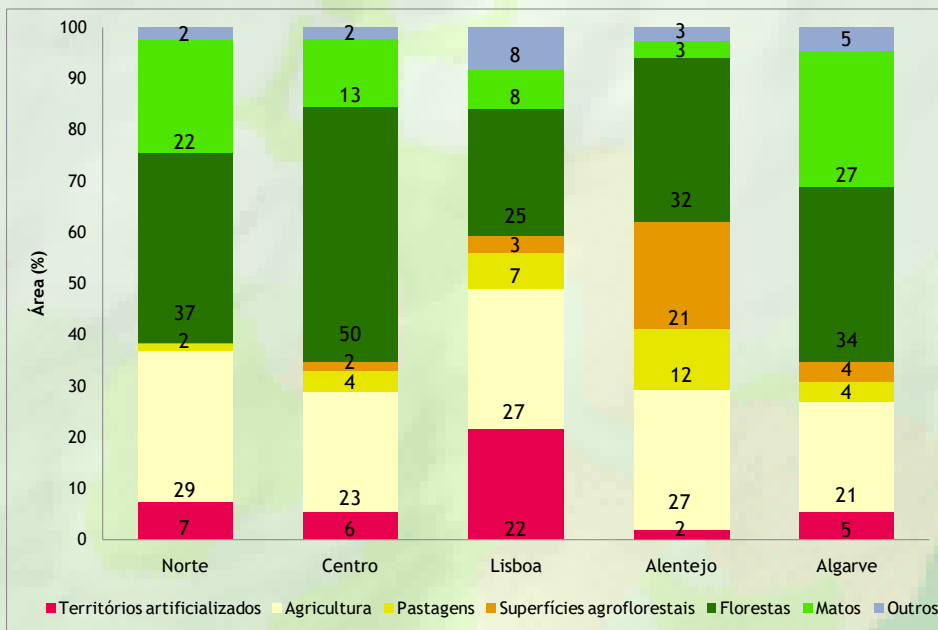
A floresta é a classe de uso e ocupação do solo com maior representatividade no território. Esta floresta é composta de espécies diversas, sendo dominada por pinheiro bravo, eucalipto e sobreiro, embora estando esta última espécie concentrada em determinadas regiões. São ainda relevantes outras espécies, nomeadamente os carvalhos.

Os povoamentos de eucalipto e de pinheiro bravo correspondem a 56% da área ocupada por floresta, tendo proporções muito próximas e com diferenças que não devem ser consideradas significativas, uma vez que a produção de cartografia de uso e ocupação do solo em pinhais percorridos por grandes incêndios incorre, naturalmente, em maiores níveis de incerteza sobre a manutenção desse uso no futuro.

A evolução da floresta, sobretudo em territórios de pequena propriedade, onde as deficiências de gestão têm vindo a manifestar-se como críticas, não dispensa a adoção de políticas públicas e de instrumentos de gestão da paisagem que promovam os serviços de ecossistemas e fomentem uma perspetiva multifuncional e de conciliação de diferentes usos florestais, agrícolas e de pastagem.



Classes de uso por unidade territorial NUTS II

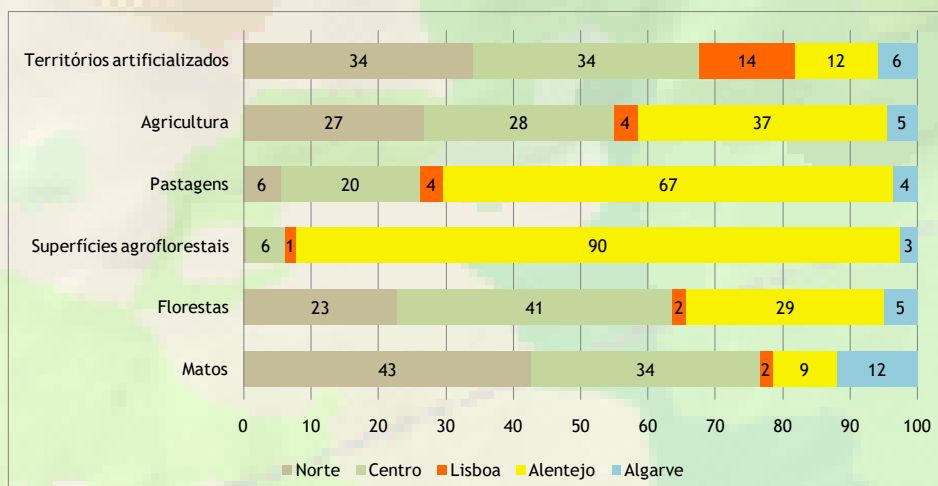


As NUTS II são a base territorial da análise da dimensão regional do uso e ocupação do solo. O peso de cada classe na respetiva unidade territorial indicia paisagens dominantes na região e permite antever potencialidades e constrangimentos de desenvolvimento e interesses de planeamento e gestão territorial.

A análise da repartição de usos e ocupações por NUTS II confirma a elevada proporção do território da região Centro afeto à floresta, a presença expressiva da floresta em todas as regiões, incluindo na região de Lisboa, coincidente com o território metropolitano, e na região Alentejo, que tendemos a associar à dominância dos sistemas agroflorestais. As regiões Algarve e Norte contam nos seus territórios com uma significativa proporção de áreas ocupadas por matos, refletindo o não aproveitamento do solo para a atividade produtiva com valor de mercado mas garantindo uma importante reserva de interesse para a conservação da natureza e da biodiversidade, crucial para a manutenção de serviços dos ecossistemas e fundamental para sustentabilidade e qualidade de vida, não só da região mas de territórios mais vastos.

Os territórios artificializados são dominantes na região de Lisboa, como seria expectável face à coincidência da NUTS II com a Área Metropolitana de Lisboa, mas, neste caso, importa, sobretudo, sublinhar a presença significativa de áreas ocupadas com floresta e agricultura em contexto metropolitano e o potencial que representam para a produção alimentar de proximidade e para a promoção de áreas multifuncionais de produção, recreação e descarbonização, se devidamente geridas. Situação, aliás, similar à da Área Metropolitana do Porto, como se verifica na análise das NUTS III.

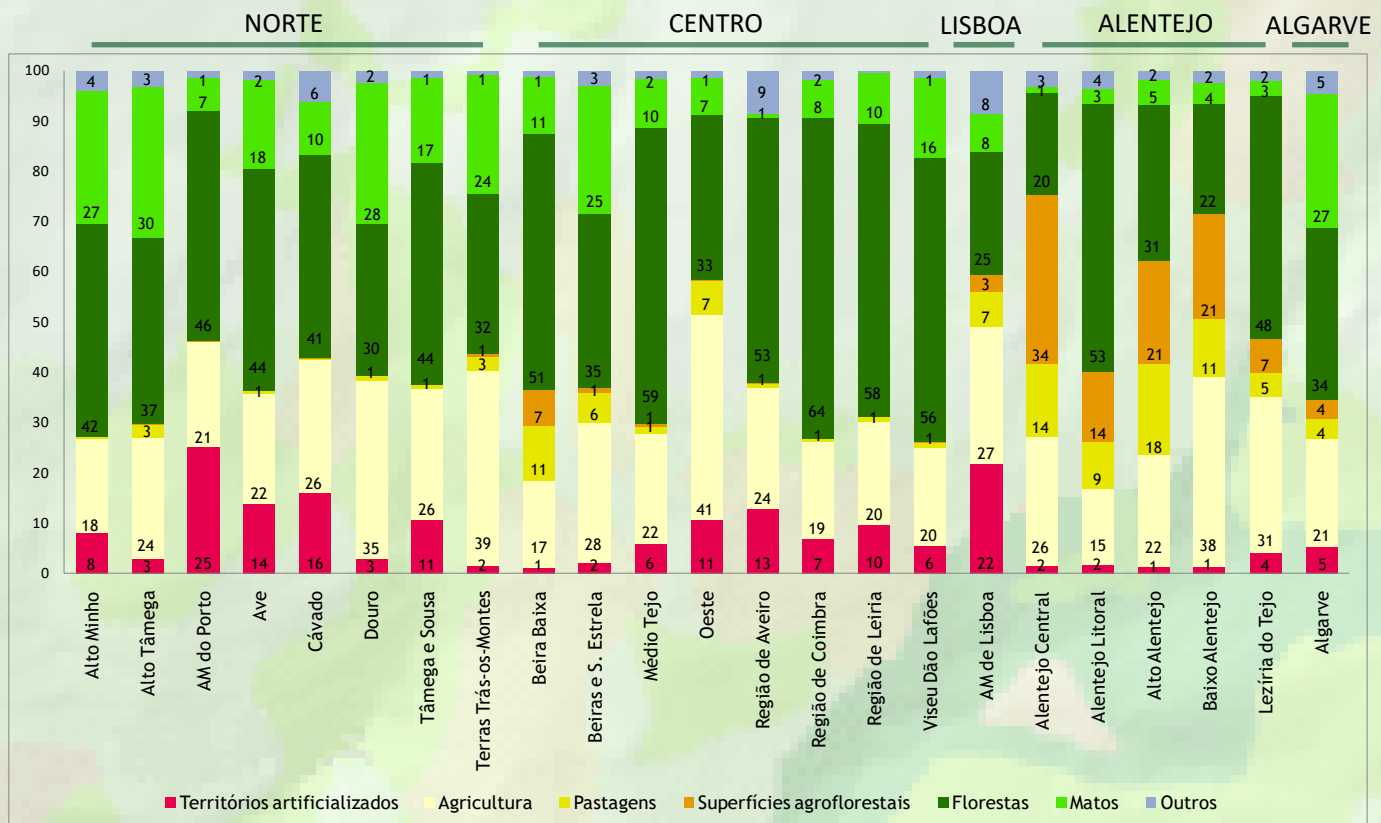
Representatividade das unidades territoriais NUT II nas classes de uso



Para além da análise centrada em cada unidade territorial, importa relativizar a dimensão das regiões, tornando mais evidente o contributo de cada uma delas para o peso das classes de uso e ocupação do solo à escala do território continental.



Especificidades sub-regionais



A análise do uso e ocupação do solo à escala das NUTS III, neste caso, agrupadas por NUTS II, introduz um maior detalhe na perceção das paisagens e na observação das diversidades territoriais.

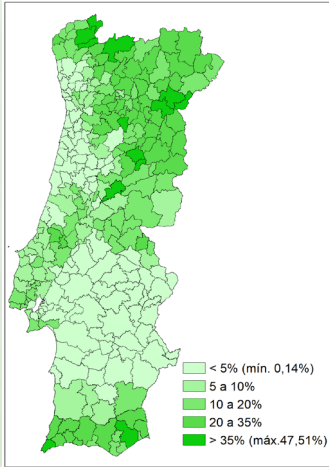
É possível notar:

- A elevada proporção dos territórios artificializados nas NUTS III coincidentes com as Áreas Metropolitanas e nas NUTS III da faixa litoral, sobretudo a norte do Tejo;
- A muito elevada proporção da floresta em algumas NUTS III, como são os casos da Região de Coimbra, do Médio Tejo, da Região de Leiria e de Viseu-Dão-Lafões, onde a floresta ocupa cerca de 60% do território;
- A elevada proporção de matos em NUTS III caracterizadas por uma orografia mais acidentada;
- A concentração das superfícies agroflorestais nas NUTS III do interior do Alentejo;
- A forte associação das áreas de pastagem com as superfícies agroflorestais;
- A predominância da agricultura no Oeste, onde ocupa mais de 40% do território, mas também no Douro, nas Terras de Trás-os-Montes, no Baixo Alentejo e na Área Metropolitana de Lisboa.

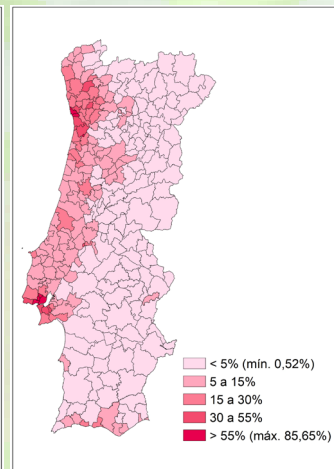


Dimensão municipal

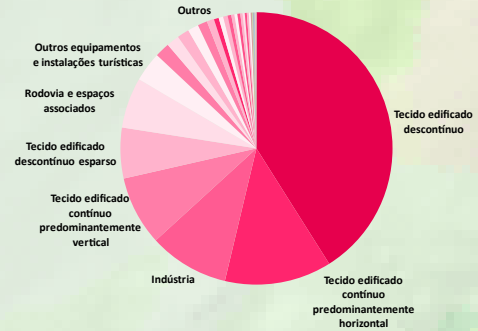
Matos



Territórios artificializados

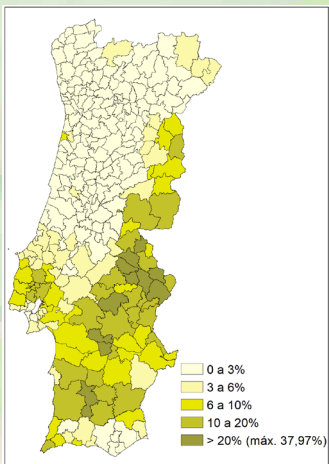


137 Municípios com artificialização superior a 5%

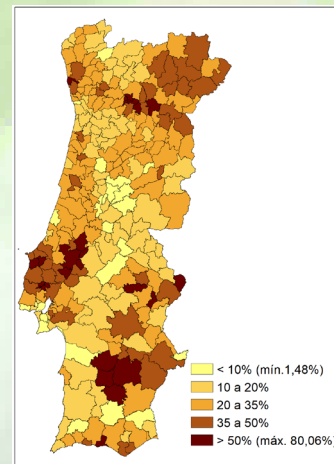


Os territórios artificializados concentram-se essencialmente na faixa litoral. Nos municípios com uma percentagem superior a 5%, predomina o tecido edificado descontinuo, contínuo predominantemente horizontal, a indústria e o tecido edificado esparsos. Nos municípios com uma ocupação superior a 30% predomina o tecido edificado contínuo.

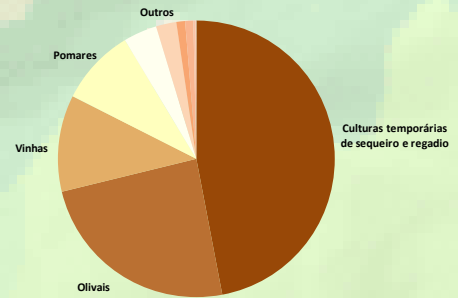
Pastagens



Agricultura

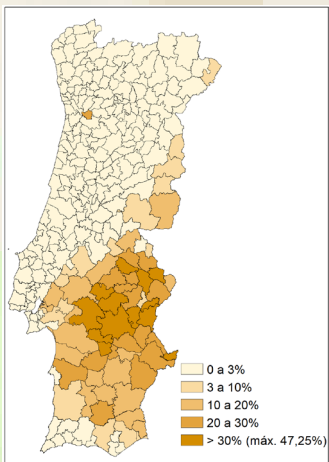


70 Municípios com agricultura superior a 35%

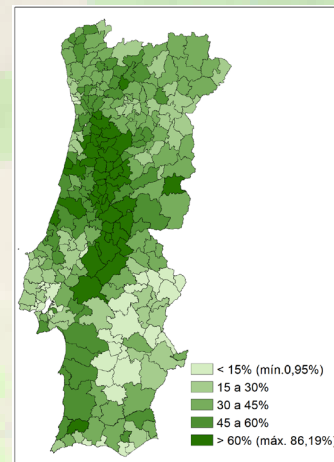


A agricultura é a ocupação predominante no Oeste, Baixo e Alto Alentejo, bem como no Douro Interior e Nordeste Transmontano. Nestes municípios, a ocupação agrícola representa pelo menos 35% da sua área total e predominam as culturas temporárias de sequeiro e regadio com uma área sensivelmente equivalente ao somatório das 3 classes seguintes (olivais, vinhas e pomares).

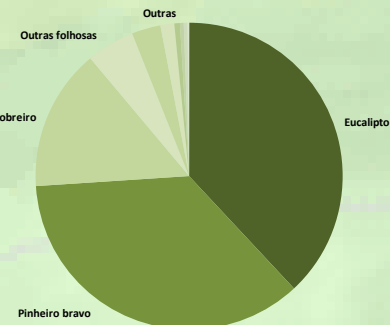
Sistemas agroflorestais



Floresta



46 Municípios com floresta superior a 60%

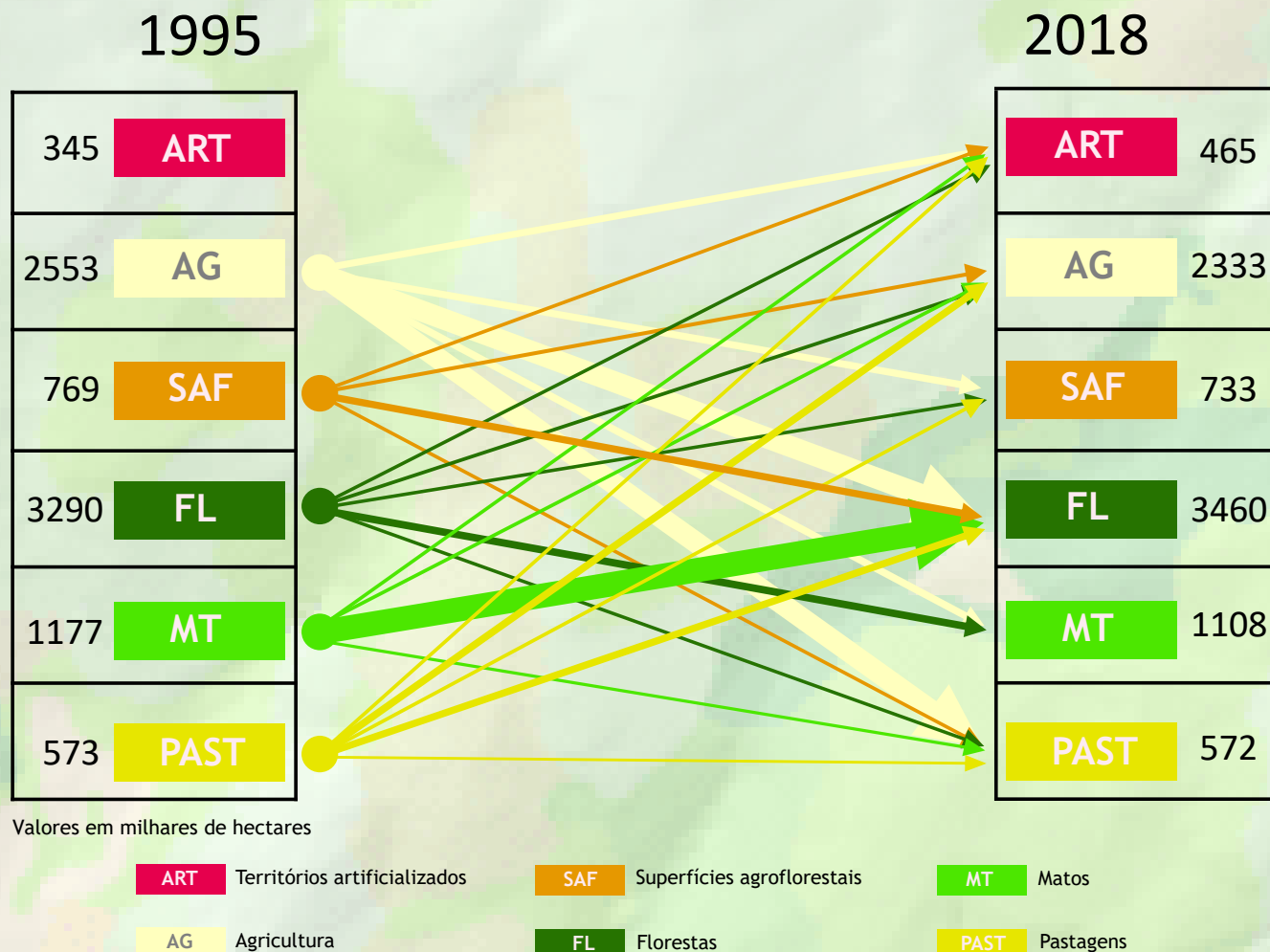


A floresta tem uma enorme expressão territorial em todo o território continental, mas sobretudo na região Centro, onde um conjunto significativo de municípios contíguos apresenta uma ocupação florestal superior a 60%. As florestas de eucalipto e pinheiro bravo, representam quase 3/4 da área florestal na totalidade desses municípios. O sobreiro é a terceira espécie com uma expressão territorial relevante, mas sobretudo confinado aos municípios a sul do Tejo.



Dinâmicas e balanços das últimas duas décadas

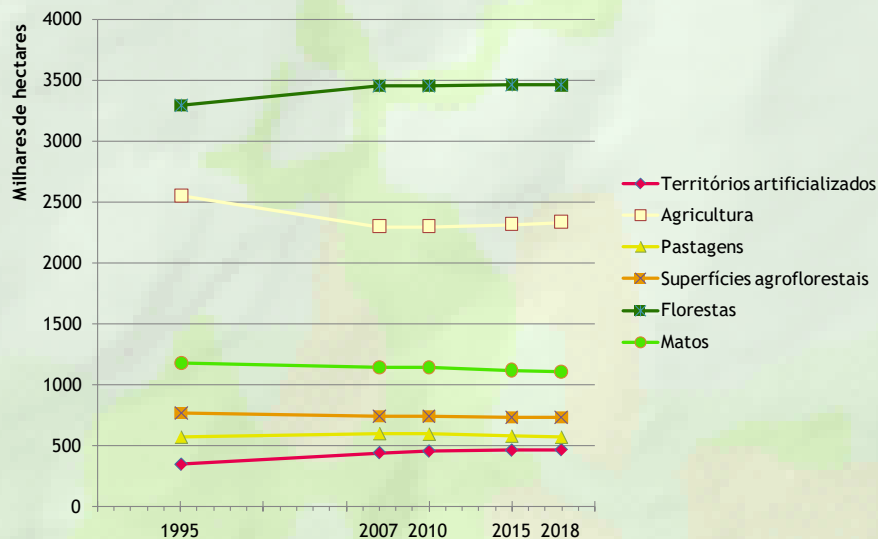
Entre 1995 e 2018 ocorreram alterações entre classes de uso e ocupação do solo em cerca de 12% do território, o que representa aproximadamente um milhão de hectares. Em termos de balanço geral, apenas as classes relativas às áreas artificializadas e às áreas de floresta aumentaram, enquanto que todas as demais refletem perdas mais ou menos significativas.



- > Os territórios artificializados aumentaram, sobretudo à custa de áreas de agricultura (52 000 ha) e de floresta (41 000 ha).
- > As novas áreas de floresta resultam essencialmente da conversão de matos (148 000 ha) e de agricultura (126 000 ha). A área de floresta converte-se com maior expressão, essencialmente para matos (86 000 ha), territórios artificializados (41 000 ha), agricultura (40 000 ha) e para sistemas agroflorestais (30 000ha).
- > As novas áreas de agricultura surgem, sobretudo, a partir de áreas de pastagens (57 000 ha), mas igualmente de matos (42 000 ha) e da floresta (40 000 ha). Em sentido inverso, as principais conversões de agricultura são para floresta (126 000 ha) e pastagem (125 000 ha), num total de 251 000 ha, refletindo um balanço final negativo.
- > As variações nos sistemas agroflorestais devem-se, sobretudo, a conversões de e para a floresta (30 000 ha e 36 000 ha respetivamente), muitas das vezes devido a meras alterações do modelo de exploração do montado.



Ritmos de evolução



Para compreender a realidade atual e prospetivar e planear o futuro importa conhecer a evolução verificada no passado e a forma como a mesma se operou.

As dinâmicas e ritmos de alteração mostram que a evolução de uso e ocupação do solo entre 1995 e 2018 operou-se em dois andamentos. Um primeiro, ocorrido até 2007, em que se registaram ritmos de alteração mais significativos, nomeadamente a diminuição dos territórios afetos à agricultura e o aumento dos territórios florestados e artificializados, sendo de salientar que o ritmo acelerado da artificialização ainda se prolongou até 2010. Um segundo, ocorrido a partir de 2007, marcado por uma trajetória mais estável dos territórios afetos a cada classe, independentemente de balanços e transições internas, destacando-se uma ligeira tendência do aumento da agricultura nos últimos anos.

Variação média anual das classes

	1995-2007	2007-2010	2010-2015	2015-2018	1995-2018
Territórios artificializados	7 957	4 464	1 534	1 293	5 236
Agricultura	-21 294	-664	3 733	6 122	-9 587
Pastagens	2 426	-1 633	-3 162	-2 936	-17
Superfícies agroflorestais	-2 343	-818	-925	-309	-1 571
Florestas	13 524	196	1 671	-592	7 368
Matos	-2 581	-2 315	-3 551	-4 199	-2 968
Outros	2 310	769	701	621	1 539

Milhares de hectares

A diferença dos ritmos de alteração dos dois períodos traduz-se numa variação da percentagem média anual de alteração de 0.9% no primeiro período (1995-2007) para valores de 0.3% e 0.2% do território nacional a partir de 2007.

Este abrandamento permite-nos perspetivar um caminho de reconhecimento das aptidões e vocações de determinados territórios, com efeitos positivos na sustentabilidade de usos e ocupações, mas também reflete alguma inércia na alteração de usos e ocupações de outros territórios que carecem de uma transformação da paisagem para gerar resiliência aos riscos e inclusivamente para melhorar os níveis de rendimento. No que se refere aos territórios artificializados, a estabilização impõe-se como uma realidade a reforçar num contexto de acentuado decréscimo demográfico e de travagem do consumo de solo enquanto recurso natural.

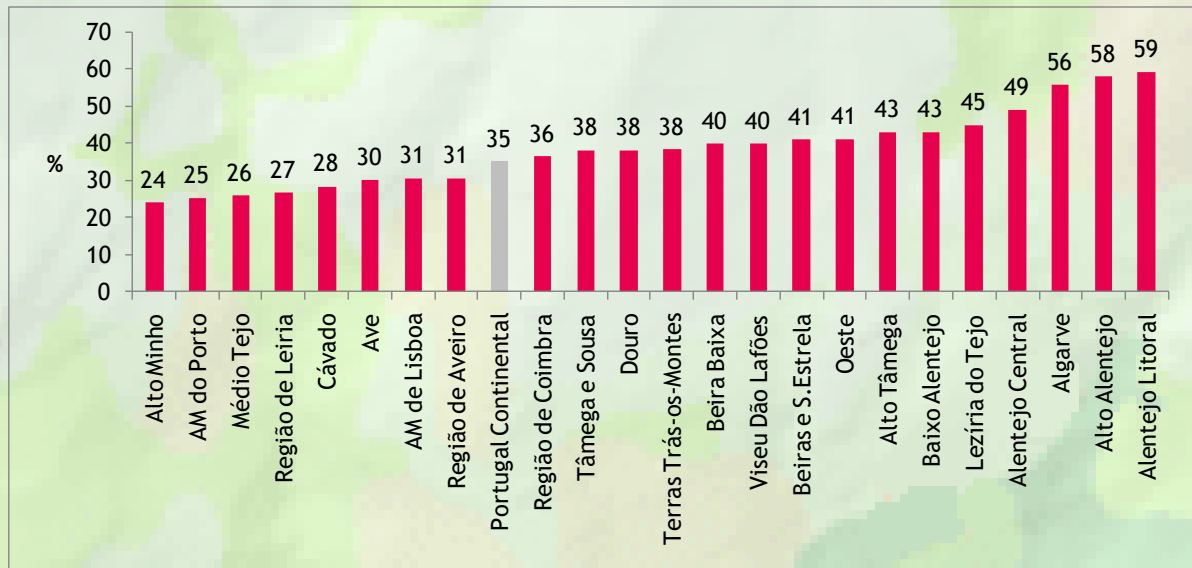
Alteração total e média anual entre classes

	1995-2007		2007-2010		2010-2015		2015-2018		1995-2018	
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
Total	920 221	10,3	79 733	0,9	114 242	1,3	43 264	0,5	1 063 241	11,9
Média anual	76 685	0,9	26 578	0,3	22 848	0,3	14 421	0,2	46 228	0,5

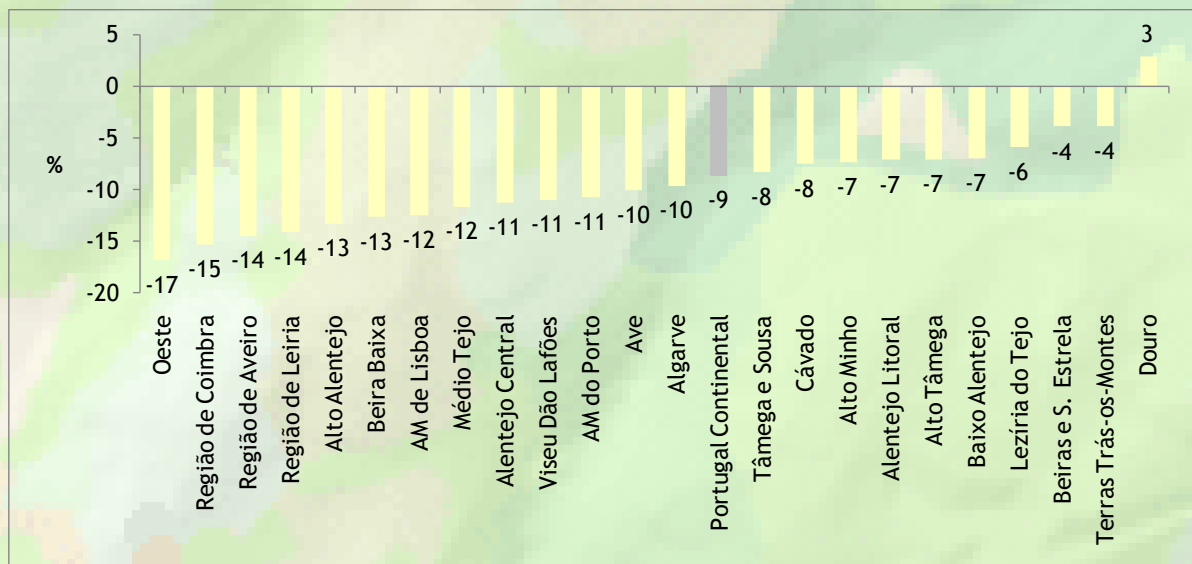


Variações percentuais ao nível das NUTS III

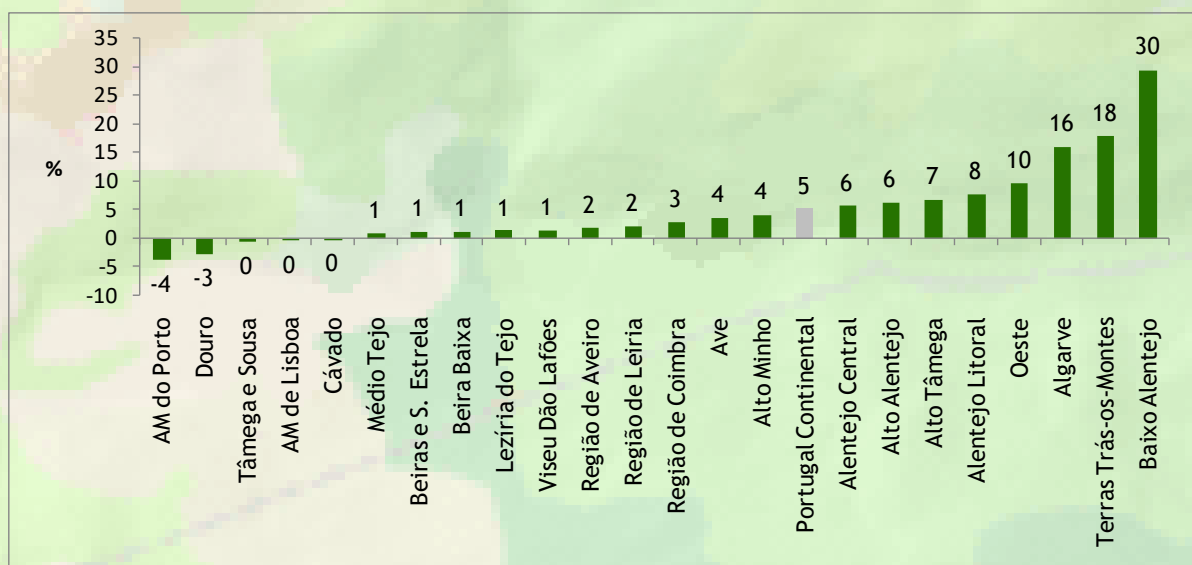
Territórios artificializados



Agricultura



Floresta

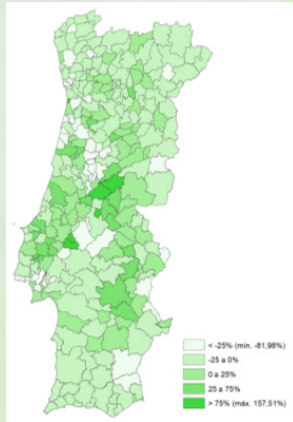




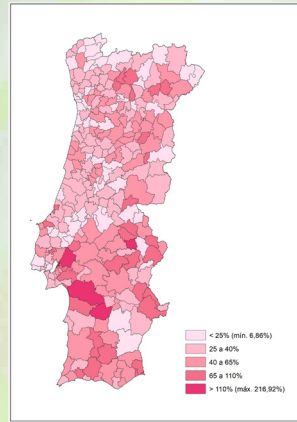
Dinâmicas territoriais por Município

Variação percentual da classes de ocupação entre 1995 e 2018

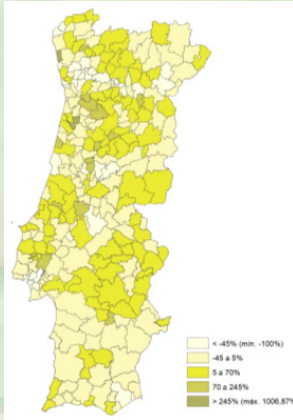
Matos



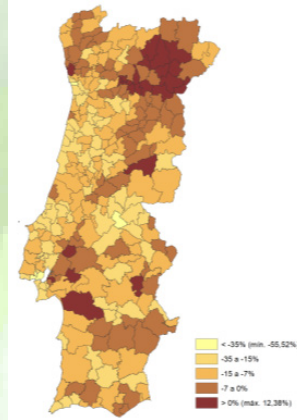
Territórios artificializados



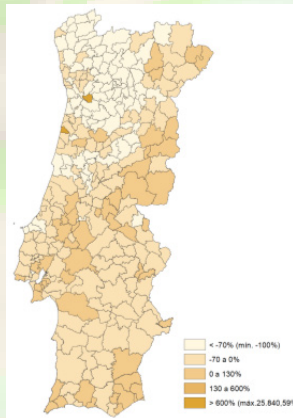
Pastagens



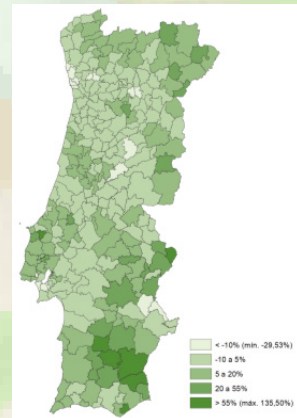
Agricultura



Superfícies agroflorestais



Floresta



Os mapas espacializam, por concelho, as variações de cada classe ocorridas entre 1995 e 2018. Para além desta representação, a compreensão destas variações deve ser completada com as análises realizadas sobre as mudanças entre classes, os ritmos a que ocorreram e com as dinâmicas de transformação internas em cada classe. Esta análise é especialmente relevante no que respeita à agricultura e à floresta.

Para além da agricultura ser uma classe em perda, assistiu-se a uma dinâmica assente essencialmente na transferência de usos entre culturas temporárias de sequeiro e regadio para oliveiras, pomares e vinhas. A conversão para olival teve muita expressão na região do Alentejo (cerca de 60 000 ha) e a conversão para vinha foi mais patente na região Norte (52 000 ha). Em todo o continente foram transferidos cerca de 36 mil ha de culturas temporárias de sequeiro e regadio para pomares. Em sentido inverso foram transferidos de vinhas, oliveiras e pomares para culturas temporárias, cerca de 42 mil hectares, continuando esta a ser a ocupação predominante em Portugal continental.

Na floresta observou-se uma transferência de todas as outras classes para floresta de eucalipto ou pinheiro bravo em cerca de 16 120 ha, sendo que cerca de 7 520 ha, transitaram de sobreiro, azinheira e outros carvalhos. As alterações incidem essencialmente nas regiões do Norte, Centro e Alentejo totalizando cerca de 15 000 ha. O maior acréscimo regista-se no Alentejo. Para estas espécies, existem cerca de 1 780 000 ha que se mantêm inalterados desde 1995, sendo a ocupação florestal de produção com maior expressão em Portugal continental, seguido da floresta de sobreiro com 530 000 ha.

Fonte:

Toda a informação dos mapas, gráficos e tabelas desta análise temática teve por base a Carta de Uso e Ocupação de Solo (COS) 1995 - 2007 - 2010 - 2015 - 2018

Mais informação:

Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG): <https://snig.dgterritorio.gov.pt>
Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo (OOTSU): a disponibilizar brevemente.